

## EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO 023/2026

### CONTRATANTE:

CHEFE DE GABINETE

### OBJETO

Registro de Preço para futura e eventual aquisição de 01 veículo automotor do tipo caminhonete/picape transformado em viaturas do tipo Policial, para utilização nas atividades desenvolvidas pela Guarda Municipal do Município de Santa Inês-MA.

- **VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

R\$ 382.474,17 (trezentos e oitenta e dois mil quatrocentos e setenta e quatro reais e dezessete centavos).

- **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

DIA 30 DE JUNHO DE 2026 ÀS 10H:00 MIN NO HORÁRIO DE BRASÍLIA

- **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

menor preço por item

- **MODO DE DISPUTA:**

aberto

- **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

SIM

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS/ MA**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23694/2026**

Torna-se público que o(a) **A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS-MA**, por meio do(a) GABINETE DA PREFEITURA, Localizada na **Avenida Luiz Muniz, 1005, Centro, Santa Inês - MA**, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é o **Registro de Preço para futura e eventual aquisição de 01 veículo automotor do tipo caminhonete/picape transformado em viaturas do tipo Policial, para utilização nas atividades desenvolvidas pela Guarda Municipal do Município de Santa Inês-MA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015, bem como para bens e serviços produzidos com tecnologia produzida no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991 e art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, marca, fabricante, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.11.1 deste Edital.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12. O valor final mínimo na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário e total do item;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado/União e, após o



devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores es, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
  - 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
  - 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.



6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens e 4.5 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à

compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos abaixo e no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada ou por qualquer outro meio admitido por direito.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.12. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.12.1. A regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.1.

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 8.18. **HABILITAÇÃO JURÍDICA**

8.18.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;



8.18.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.18.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.18.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.18.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.18.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.18.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.18.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.18.9. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.18.10. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.18.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações;

#### 8.19. **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

8.19.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.19.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos



termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.19.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.19.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Estadual e Municipal** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19.6. Prova de regularidade com a Fazenda **Estadual e Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos **Estadual e Municipal** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## 8.20. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

8.20.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data de apresentação da documentação de habilitação, quando não estiver expresse o prazo de validade;

8.20.2. Balanço patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e Notas Explicativas, termo de abertura e encerramento acompanhado com livro já exigíveis e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.20.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.20.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.20.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.20.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.20.7. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

8.20.8. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

## 8.21. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.21.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.21.2. Será aceito o somatório de atestados de capacidade técnica para fins de comprovação da alínea anterior;

8.21.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;

8.21.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi realizada a entrega;

8.21.5. O atestado deverá conter, além do nome do atestante, endereço e telefone da pessoa jurídica, ou qualquer outra forma de que a Conab possa valer-se para manter contato com a empresa declarante;

8.21.6. A Prefeitura Municipal de Santa Inês-MA se reserva o direito de realizar diligências para comprovar a veracidade dos atestados, podendo requisitar cópias dos respectivos Contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado;

8.21.7. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.22. A licitante para fins de habilitação deverá observar as disposições Gerais que seguem:

8.22.1. Todos os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste edital, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua expedição, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade.

8.22.2. Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor;

8.22.3. Os documentos emitidos via Internet serão conferidos pelo Pregoeiro ou sua equipe de apoio;

8.22.4. Se a licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

8.22.5. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.

8.22.6. Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado;

8.22.7. Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos;

8.22.8. Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos, que apenas configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de até 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

9.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

9.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **11. DOS RECURSOS**

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://transparencia.santaines.ma.gov.br/>.

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.5. fraudar a licitação;

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. Impedimento de licitar e de contratar com o Município/Estado/União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.



12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública municipal pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte e-mail: [cplsantaines.cpl@gmail.com](mailto:cplsantaines.cpl@gmail.com), por petição dirigida ou protocolada no endereço: **AV LUIZ MUNIZ nº1005, Centro de Santa Inês – MA.**

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://transparencia.santaines.ma.gov.br/> .

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.12. ANEXO I - Termo de Referência

14.12.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

14.12.2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços

14.12.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

Santa Inês - MA, 15 de junho de 2026.

**LÍGIA DE CASSIA SOUSA DE ARAÚJO**  
Chefe de Gabinete

ANEXO I

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**Registro de Preços para futura e eventual aquisição de veículo automotor do tipo caminhonete/picape transformado em viatura policial para a Guarda Municipal do Município de Santa Inês-MA**

**Modalidade:** Pregão Eletrônico N°023/2026 | **Órgão Demandante:** Gabinete Municipal

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**1.1. Objeto**

1.1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de 01 (um) veículo automotor do tipo caminhonete/picape transformado em viatura do tipo Policial**, destinado ao uso operacional da Guarda Municipal do Município de Santa Inês – MA, em conformidade com as especificações técnicas, condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.2. A contratação será formalizada por meio de **Ata de Registro de Preços**, nos termos do artigo 82 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto Municipal regulamentador aplicável, sem que isso implique obrigatoriedade de aquisição imediata ou integral por parte da Administração Municipal.

1.1.3. O objeto da contratação enquadra-se na categoria de **bem permanente**, conforme classificação orçamentária vigente, e destina-se exclusivamente às atividades institucionais da Guarda Municipal de Santa Inês – MA, sendo vedada sua utilização para finalidades diversas das previstas neste Termo de Referência.

1.1.4. O detalhamento dos itens objeto desta contratação, com as respectivas quantidades, especificações e valores estimados, encontra-se descrito na tabela de itens do processo, conforme segue:

| Item | Nome | Quantidade | Unidade | Valor UNT | Valor TOTAL |
|------|------|------------|---------|-----------|-------------|
|------|------|------------|---------|-----------|-------------|

|   |   |    |     |                   |                   |
|---|---|----|-----|-------------------|-------------------|
| 1 | Veículo automotor tipo caminhonete/picape, zero quilômetro, ano/modelo igual ou superior ao da contratação, cabine dupla, 04 portas, capacidade mínima para 05 passageiros, motor a diesel com potência mínima de 190 cv, tração 4x4, transmissão automática mínima de 06 velocidades, direção elétrica ou hidráulica, ar-condicionado original de fábrica, airbags frontais, freios ABS, controle de estabilidade e tração, vidros e travas elétricas, sistema multimídia, tanque de combustível com capacidade mínima de 70 litros, cor branca. Veículo transformado em viatura policial para utilização pela Guarda Municipal, contendo adaptação para transporte de infratores/detidos no compartimento traseiro (capota), com cela metálica ou compartimento humanizado apropriado, ventilação adequada, revestimento lavável, iluminação interna, sistema de segurança e proteção conforme normas aplicáveis. Deverá possuir grafismo/padronização visual oficial da Guarda Municipal, sinalizador acústico e visual tipo barra em LED instalado no teto, sirene eletrônica, iluminação auxiliar em LED, protetor de caçamba, capota fechada adaptada para transporte de detidos e todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN. Garantia mínima de 12 meses. | 01 | UND | R\$<br>382.474,17 | R\$<br>382.474,17 |
|---|---|----|-----|-------------------|-------------------|

1.1.5. O veículo deverá ser entregue devidamente transformado em viatura policial, com todos os equipamentos de sinalização, identificação e comunicação instalados e em pleno funcionamento, conforme especificações técnicas constantes na Seção 3 deste Termo de Referência, não sendo admitida a entrega do veículo sem as adaptações previstas.

1.1.6. O órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços será o **Gabinete Municipal do Município de Santa Inês – MA**, responsável pela condução do procedimento licitatório, pela formalização da Ata e pela gestão do instrumento durante sua vigência.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

### 2.1. Fundamento Legal

2.1.1. A presente contratação fundamenta-se nos seguintes dispositivos legais e normativos: (i) artigo 144, §8º, da Constituição Federal de 1988, que estabelece as competências das Guardas Municipais; (ii) Lei Federal nº 13.022, de 8 de agosto de 2014, que dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais; (iii) Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que institui a Lei de Licitações e Contratos Administrativos; (iv) artigo 82 da Lei Federal nº 14.133/2021, que disciplina o Sistema de Registro de Preços; e (v) legislação municipal pertinente à organização e funcionamento da Guarda Municipal de Santa Inês – MA.

2.1.2. A contratação observa, ainda, os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no artigo 37 da Constituição Federal, bem como os princípios específicos das contratações públicas estabelecidos no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021, notadamente os princípios do planejamento, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo e da razoabilidade.

## **2.2. Descrição da Necessidade**

2.2.1. A Guarda Municipal de Santa Inês – MA desempenha função essencial na proteção do patrimônio público municipal, na preservação da ordem nos espaços de uso coletivo e na garantia da segurança da comunidade local, conforme competências expressamente atribuídas pelo artigo 144, §8º, da Constituição Federal e detalhadas pela Lei Federal nº 13.022/2014. O cumprimento efetivo dessas atribuições pressupõe a disponibilidade de meios operacionais adequados, sendo o transporte motorizado um dos recursos mais críticos para a mobilidade, a capacidade de resposta e a efetividade das ações da corporação.

2.2.2. O efetivo da Guarda Municipal de Santa Inês – MA enfrenta limitações operacionais concretas decorrentes da insuficiência de veículos adaptados para uso em atividades de segurança pública municipal. A ausência de viatura devidamente equipada compromete diretamente: **(a)** o tempo de resposta às ocorrências registradas no território municipal; **(b)** a capacidade de realização de patrulhamento preventivo em diferentes regiões do Município; **(c)** a execução de diligências institucionais e o apoio a outros órgãos de segurança pública; e **(d)** a integridade física dos agentes que atuam em campo sem os recursos técnicos adequados.

2.2.3. A utilização de veículos não caracterizados ou desprovidos das adaptações técnicas necessárias representa risco à integridade dos servidores da corporação e reduz significativamente a efetividade das ações desenvolvidas em campo, comprometendo a credibilidade institucional da Guarda Municipal perante a população e os demais órgãos de segurança pública. A identificação visual da viatura, por meio de pintura característica, adesivação e equipamentos de sinalização luminosa e sonora, é elemento indispensável para o exercício da autoridade pública e para a prevenção de ocorrências.

2.2.4. A opção pela modalidade de caminhonete/picape transformada em viatura policial justifica-se pelas características técnicas do veículo, que alia robustez estrutural, capacidade de **tráfegar em vias**



de diferentes condições — inclusive em áreas periféricas, rurais e de difícil acesso no território de Santa Inês – MA — e possibilidade de adaptação com equipamentos de sinalização, comunicação e identificação institucional. Tais atributos conferem ao modelo maior versatilidade operacional em comparação a outras categorias de veículos, tornando-o mais adequado às demandas específicas da atividade de guarda municipal em território de extensão e diversidade geográfica como o do Município.

2.2.5. A adoção do Sistema de Registro de Preços como instrumento da contratação fundamenta-se na conveniência administrativa e na racionalidade do gasto público, permitindo que a Administração formalize a aquisição de forma planejada, sem a obrigatoriedade de aquisição imediata e integral, conforme previsto no artigo 82 da Lei nº 14.133/2021. Essa modalidade possibilita maior flexibilidade na gestão orçamentária e garante que o fornecimento ocorra de acordo com a disponibilidade financeira do Município, sem prejuízo da continuidade das atividades institucionais da corporação.

2.2.6. A não realização da contratação implicaria a manutenção de déficit operacional que compromete a segurança dos servidores da Guarda Municipal e a eficiência dos serviços de proteção ofertados à coletividade municipal, em flagrante descompasso com os deveres constitucionais e legais do Município de Santa Inês – MA no campo da segurança pública local.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

#### **3.1. Descrição da Solução**

3.1.1. A solução identificada para atendimento da necessidade descrita na Seção 2 consiste na aquisição de **01 (um) veículo automotor do tipo caminhonete/picape, 0 (zero) quilômetro, ano/modelo não inferior ao ano de fabricação vigente ou subsequente**, devidamente transformado em viatura policial, com instalação de todos os equipamentos de sinalização, identificação e comunicação necessários ao desempenho das atividades operacionais da Guarda Municipal de Santa Inês – MA.

3.1.2. A solução contempla o ciclo de vida completo do objeto, abrangendo as seguintes fases: **(a) Aquisição:** fornecimento do veículo novo, com transformação em viatura policial, incluindo todos os equipamentos e adaptações especificados; **(b) Recebimento e Comissionamento:** verificação

técnica, testes de funcionamento e aceite formal pelo órgão demandante; **(c) Operação:** utilização do veículo nas atividades operacionais da Guarda Municipal, com manutenção preventiva e corretiva a cargo da Administração Municipal; **(d) Garantia:** cobertura pelo fabricante e pelo fornecedor durante os prazos estabelecidos neste Termo de Referência; e **(e) Descarte:** ao final da vida útil, o veículo deverá ser descartado em conformidade com a legislação ambiental vigente, com destinação adequada de fluidos, pneus, baterias e demais componentes potencialmente poluidores.

### 3.2. Especificações Técnicas do Veículo

**3.2.1. Características Gerais do Veículo Base:** O veículo deverá ser do tipo caminhonete/picape, cabine dupla, tração 4x4 (quatro por quatro), com motor a diesel ou flex, potência mínima de Potência Mínima do Motor (cv), câmbio automático ou manual de no mínimo 6 (seis) marchas, direção hidráulica ou elétrica, ar-condicionado de fábrica, vidros elétricos, travas elétricas, airbags frontais e laterais, freios ABS com EBD, controle de estabilidade (ESP) e assistente de partida em rampa. O veículo deverá ser 0 (zero) quilômetro, fabricado no ano corrente ou no ano imediatamente anterior, com nota fiscal de origem e documentação completa.

**3.2.2. Equipamentos de Sinalização Luminosa:** O veículo deverá ser equipado com barra de luz (giroflex/sinalizador) de LED, instalada no teto, com no mínimo 4 (quatro) módulos de luz, nas cores azul e vermelho, com acionamento independente por zona, compatível com o padrão de identificação das viaturas da Guarda Municipal. A instalação deverá ser realizada de forma a não comprometer a estrutura do veículo nem a garantia de fábrica, com fixação segura e vedação contra infiltração de água.

**3.2.3. Equipamentos de Sinalização Sonora:** Deverá ser instalada sirene eletrônica com amplificador de no mínimo 100W (cem watts) RMS, com no mínimo 4 (quatro) tons distintos (wail, yelp, hi-lo e manual), alto-falante externo de alta potência instalado na parte frontal do veículo, com proteção contra intempéries, e microfone para comunicação externa (PA – Public Address).

**3.2.4. Identificação Visual (Caracterização):** O veículo deverá ser caracterizado com adesivação vinílica refletiva em toda a extensão das laterais e da tampa traseira, com as inscrições "GUARDA MUNICIPAL" e "SANTA INÊS – MA", nos padrões cromáticos e tipográficos definidos pela Administração Municipal. A adesivação deverá ser executada com material de alta durabilidade,

resistente à exposição solar, chuva e lavagem, com garantia mínima de Garantia da Adesivação (anos) contra desbotamento e descolamento.

**3.2.5. Equipamentos de Comunicação:** Deverá ser instalado suporte para rádio comunicador (rádio transceptor), com cabeamento e antena externa já instalados, compatível com os equipamentos de comunicação utilizados pela Guarda Municipal. A instalação do rádio em si poderá ser realizada pela Administração Municipal, sendo de responsabilidade do fornecedor a instalação da infraestrutura de suporte.

**3.2.6. Equipamentos de Segurança Interna:** O veículo deverá ser equipado com: **(a)** divisória de proteção entre o banco traseiro e a caçamba, quando aplicável; **(b)** protetor de caçamba (bedliner) em material resistente a impactos; **(c)** grade de proteção interna para separação do compartimento de passageiros, caso o modelo comporte tal adaptação; e **(d)** extintor de incêndio veicular instalado em suporte de fácil acesso, conforme normas do CONTRAN.

**3.2.7. Documentação e Regularização:** O veículo deverá ser entregue com toda a documentação regularizada, incluindo: Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) em nome do Município de Santa Inês – MA, nota fiscal de aquisição, manual do proprietário, chaves reservas, certificado de garantia do fabricante e laudo técnico de transformação em viatura policial emitido por empresa habilitada, com descrição de todos os equipamentos instalados e respectivos números de série.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 4.1. Requisitos Gerais

4.1.1. O objeto desta contratação deverá atender integralmente às especificações técnicas descritas na Seção 3 deste Termo de Referência, sendo vedada a entrega de veículo que não corresponda às características mínimas estabelecidas, ainda que o fornecedor alegue equivalência técnica ou funcional.

4.1.2. O fornecedor deverá comprovar, no momento da entrega, que o veículo foi fabricado por montadora devidamente homologada pelo DENATRAN/SENATRAN e que atende às normas do CONTRAN e do INMETRO aplicáveis à categoria, incluindo as normas de segurança veicular e de emissões de poluentes (PROCONVE).

4.1.3. A transformação em viatura policial deverá ser realizada por empresa especializada, com comprovação de capacidade técnica para execução dos serviços de instalação dos equipamentos de sinalização, comunicação e identificação visual, sendo de responsabilidade do fornecedor a integridade do veículo e a manutenção da garantia de fábrica após as adaptações realizadas.

## **4.2. Sustentabilidade**

4.2.1. Em atendimento ao disposto no artigo 11, inciso IV, e no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021, bem como nas diretrizes do Decreto Federal nº 7.746/2012 e na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, a contratação deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

4.2.2. **Eficiência Energética:** O veículo deverá atender aos padrões de eficiência energética estabelecidos pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV) do INMETRO, com classificação mínima na categoria "C" ou superior, conforme tabela vigente à época da contratação.

4.2.3. **Controle de Emissões:** O veículo deverá estar em conformidade com os limites de emissão de poluentes estabelecidos pelo Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE), na fase vigente à época da fabricação, com apresentação do respectivo certificado de conformidade.

4.2.4. **Destinação de Resíduos:** Os materiais resultantes da transformação do veículo em viatura policial (embalagens, resíduos de instalação, componentes substituídos) deverão ser descartados pelo fornecedor em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010), com apresentação de comprovante de destinação adequada quando solicitado pela fiscalização.

4.2.5. **Componentes Recicláveis:** Os equipamentos instalados na transformação da viatura deverão, preferencialmente, ser compostos por materiais recicláveis ou com menor impacto ambiental, sem prejuízo do atendimento às especificações técnicas mínimas estabelecidas neste Termo de Referência.

## **4.3. Subcontratação**

4.3.1. Não é permitida a subcontratação do objeto desta contratação, tendo em vista que se trata de aquisição de bem com transformação específica, cuja responsabilidade integral pela qualidade do produto entregue deve recair sobre o fornecedor contratado, que responderá perante a Administração Municipal por todos os aspectos técnicos e legais do objeto.

4.3.2. Não obstante o disposto no item anterior, o fornecedor poderá utilizar empresas especializadas para a execução dos serviços de transformação em viatura policial, desde que mantenha a responsabilidade integral perante a Administração Municipal pela qualidade do produto final entregue, respondendo solidariamente pelos eventuais vícios ou defeitos decorrentes da transformação.

#### **4.4. Garantia da Contratação**

4.4.1. Será exigida garantia de execução do contrato, nos termos do artigo 96 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista o valor estimado da contratação e as características do objeto, que não justificam a imposição de ônus adicional ao fornecedor para esta modalidade de aquisição.

4.4.2. A garantia do produto (veículo e equipamentos instalados) é tratada na Seção 5.2 deste Termo de Referência, sendo obrigação do fornecedor assegurar o cumprimento integral dos prazos e condições de garantia estabelecidos pelo fabricante e pelo próprio fornecedor para os equipamentos de transformação.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **5.1. Condições de Entrega**

5.1.1. A entrega do veículo deverá ser realizada no endereço indicado pela Administração Municipal, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de emissão da Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente, devidamente assinado pelo gestor do contrato.

5.1.2. O veículo deverá ser entregue com todos os equipamentos instalados, em pleno funcionamento, acompanhado de toda a documentação prevista no item 3.2.7 deste Termo de Referência, incluindo o laudo técnico de transformação em viatura policial, os manuais de operação e manutenção dos equipamentos instalados e os certificados de garantia.

5.1.3. No ato da entrega, o fornecedor deverá apresentar servidor ou técnico habilitado para demonstrar o funcionamento de todos os equipamentos instalados na viatura, realizando testes operacionais na presença do fiscal técnico designado pela Administração Municipal. A demonstração deverá abranger, no mínimo: funcionamento da barra de luz (todos os modos), funcionamento da sirene (todos os tons), sistema de comunicação (PA), equipamentos de segurança interna e demais acessórios instalados.

5.1.4. O local de entrega será: Avenida Luiz Muniz, 1005, Centro, Santa Inês - MA, em dias úteis, no horário de 08h00 às 12h00 e de 14h00 às 17h00.

5.1.5. Caso o veículo seja entregue com defeitos, avarias, divergências em relação às especificações técnicas ou sem os equipamentos previstos, o fiscal técnico lavrará Termo de Recusa, notificando o fornecedor para substituição ou regularização no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

5.1.6. O recebimento do objeto será realizado em duas etapas: **(a) Recebimento Provisório:** realizado pelo fiscal técnico no ato da entrega, mediante verificação sumária das condições externas do veículo, da documentação apresentada e do funcionamento dos equipamentos; e **(b) Recebimento Definitivo:** realizado no prazo de até 10 (dez) dias corridos após o recebimento provisório, após verificação técnica detalhada de todos os itens especificados, com emissão de Termo de Recebimento Definitivo pelo gestor do contrato.

## **5.2. Garantia, Manutenção e Assistência Técnica**

5.2.1. **Garantia do Veículo:** O veículo deverá possuir garantia do fabricante de no mínimo 12 (doze) meses ou 50.000 (cinquenta mil) quilômetros, o que ocorrer primeiro, contados a partir da data de emissão da nota fiscal de aquisição, cobrindo defeitos de fabricação em todos os componentes do veículo.

5.2.2. **Garantia dos Equipamentos de Transformação:** Os equipamentos instalados na transformação da viatura policial (barra de luz, sirene, adesivação, protetor de caçamba e demais acessórios) deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data do recebimento definitivo, cobrindo defeitos de fabricação, falhas de instalação e mau funcionamento não decorrente de uso inadequado.

5.2.3. **Assistência Técnica:** O fornecedor deverá indicar, no momento da entrega, a rede de assistência técnica autorizada pelo fabricante mais próxima do Município de Santa Inês – MA, com endereço, telefone e horário de atendimento, para fins de realização das revisões periódicas e atendimento de eventuais chamados de garantia. O fornecedor deverá também indicar o responsável técnico pelos equipamentos de transformação instalados, com dados de contato para acionamento em caso de defeito durante o período de garantia.



**5.2.4. Prazo de Atendimento em Garantia:** Em caso de acionamento da garantia, o fornecedor ou a assistência técnica autorizada deverá atender ao chamado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do registro do chamado pela Administração Municipal, com resolução do problema no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos. O período em que o veículo permanecer em manutenção de garantia não será computado para fins de contagem do prazo de garantia.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

### **6.1. Fiscalização**

6.1.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representantes da Administração Municipal designados formalmente por ato do Chefe do Gabinete Municipal, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133/2021, sendo nomeados um Fiscal Técnico, um Fiscal Administrativo e um Gestor do Contrato, com atribuições distintas e complementares.

6.1.2. Os fiscais e o gestor do contrato deverão ser servidores efetivos ou ocupantes de cargo em comissão, com conhecimento técnico suficiente para o exercício das funções de fiscalização, sendo vedada a designação do mesmo servidor para exercer cumulativamente as funções de fiscal técnico e fiscal administrativo, em observância ao princípio da segregação de funções.

### **6.2. Fiscalização Técnica**

6.2.1. O Fiscal Técnico será responsável por: **(a)** verificar a conformidade do veículo entregue com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência; **(b)** realizar os testes operacionais dos equipamentos instalados no ato da entrega; **(c)** emitir o Termo de Recebimento Provisório e subsidiar a emissão do Termo de Recebimento Definitivo; **(d)** registrar e comunicar ao gestor do contrato quaisquer irregularidades, defeitos ou desconformidades identificadas; **(e)** acompanhar o atendimento de chamados de garantia; e **(f)** elaborar relatório técnico de avaliação do objeto recebido.

6.2.2. O Fiscal Técnico deverá manter registro atualizado de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, em livro de ocorrências ou sistema informatizado equivalente, com descrição detalhada dos fatos, datas, providências adotadas e resultados obtidos, conforme exigido pelo artigo 117, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

### **6.3. Fiscalização Administrativa**

6.3.1. O Fiscal Administrativo será responsável por: **(a)** verificar a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária do fornecedor durante a execução do contrato; **(b)** controlar os prazos contratuais, notificando o gestor do contrato sobre eventuais descumprimentos; **(c)** verificar a conformidade da documentação apresentada para fins de pagamento (nota fiscal, certidões negativas, etc.); **(d)** registrar as ocorrências administrativas relacionadas à execução do contrato; e **(e)** subsidiar o gestor do contrato com informações necessárias à tomada de decisões administrativas.

6.3.2. O Fiscal Administrativo deverá verificar, previamente ao pagamento, a manutenção das condições de habilitação do fornecedor, consultando os sistemas de cadastro e regularidade fiscal disponíveis (SICAF, Receita Federal, FGTS, INSS, Justiça do Trabalho), registrando o resultado das consultas nos autos do processo.

#### **6.4. Gestor do Contrato**

6.4.1. O Gestor do Contrato será o responsável pela coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa do contrato, competindo-lhe: **(a)** coordenar as atividades dos fiscais técnico e administrativo; **(b)** tomar as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais; **(c)** emitir o Termo de Recebimento Definitivo do objeto; **(d)** atestar as notas fiscais para fins de pagamento; **(e)** comunicar à autoridade competente as irregularidades que não puder resolver no âmbito de sua competência; **(f)** propor a aplicação de penalidades ao fornecedor inadimplente; e **(g)** providenciar a renovação ou encerramento da Ata de Registro de Preços, conforme o caso.

6.4.2. O Gestor do Contrato deverá ser formalmente designado antes da assinatura do instrumento contratual ou da Ata de Registro de Preços, sendo sua designação condição para a validade do ato de contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

### **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor, bem como a prática de atos que atentem contra a regularidade do procedimento licitatório ou da execução contratual, sujeitará o infrator às sanções administrativas previstas nos artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis.

7.2. **Advertência:** Será aplicada nos casos de infrações de menor gravidade, que não causem prejuízo relevante à Administração Municipal, e desde que o fornecedor não tenha sido sancionado anteriormente com advertência no mesmo contrato, conforme artigo 156, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

7.3. **Multa:** Será aplicada nas seguintes hipóteses e nos percentuais indicados, calculados sobre o valor total do contrato ou da Ata de Registro de Preços: **(a)** atraso injustificado na entrega do objeto: multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor do contrato; **(b)** inexecução parcial do objeto: multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada; **(c)** inexecução total do objeto: multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

7.4. **Impedimento de Licitar e Contratar:** Será aplicado ao fornecedor que, no decorrer da licitação ou da execução contratual, incorrer nas condutas descritas no artigo 155, incisos II a VII, da Lei nº 14.133/2021, pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo da aplicação de multa.

7.5. **Declaração de Inidoneidade:** Será aplicada ao fornecedor que praticar atos de maior gravidade, nos termos do artigo 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, impedindo-o de licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos.

7.6. A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de processo administrativo com garantia do contraditório e da ampla defesa, nos termos do artigo 157 da Lei nº 14.133/2021, assegurado ao fornecedor o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de defesa prévia, contados da data de ciência da notificação.

7.7. As multas aplicadas poderão ser descontadas dos pagamentos devidos ao fornecedor ou cobradas judicialmente, caso o valor das multas supere o dos créditos existentes, sendo facultada à Administração Municipal a compensação de créditos e débitos decorrentes do mesmo contrato.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### 8.1. Recebimento

8.1.1. O recebimento do objeto será realizado conforme descrito no item 5.1.6 deste Termo de Referência, em duas etapas: recebimento provisório e recebimento definitivo. O pagamento somente

será realizado após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo pelo gestor do contrato, atestando a conformidade do objeto entregue com as especificações técnicas estabelecidas.

8.1.2. Caso sejam identificadas irregularidades no objeto entregue durante o período entre o recebimento provisório e o recebimento definitivo, o prazo para pagamento ficará suspenso até a regularização pelo fornecedor, sem que isso configure mora da Administração Municipal.

## **8.2. Liquidação**

8.2.1. A liquidação da despesa será realizada pelo setor competente da Administração Municipal após o recebimento definitivo do objeto, mediante verificação da conformidade da nota fiscal com o objeto entregue e com as condições contratuais, incluindo a verificação da regularidade fiscal do fornecedor.

8.2.2. Para fins de liquidação, o fornecedor deverá apresentar nota fiscal eletrônica (NF-e) em conformidade com a legislação tributária vigente, com descrição detalhada do objeto fornecido, número do contrato ou da Ata de Registro de Preços, número da Ordem de Fornecimento e dados bancários para pagamento.

## **8.3. Prazo de Pagamento**

8.3.1. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da data de liquidação da despesa, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo gestor do contrato e comprovação da regularidade fiscal do fornecedor.

8.3.2. O prazo de pagamento ficará suspenso nas seguintes hipóteses: **(a)** apresentação de nota fiscal com erros ou inconsistências, pelo período necessário à regularização pelo fornecedor; **(b)** irregularidade fiscal do fornecedor, até a regularização da situação; e **(c)** pendência de recebimento definitivo do objeto, conforme item 8.1.2.

## **8.4. Forma de Pagamento**

8.4.1. O pagamento será realizado por meio de transferência bancária (TED/PIX), para a conta corrente indicada pelo fornecedor na proposta comercial ou em documento específico apresentado no ato da entrega do objeto, sendo vedado o pagamento em espécie ou por meio de cheque.

## **8.5. Antecipação de Pagamento**

8.5.1. **Não será admitida** a antecipação de pagamento, total ou parcial, antes do recebimento definitivo do objeto, em observância ao princípio da contrapartida e às normas de controle interno da Administração Municipal. Qualquer solicitação de antecipação de pagamento será indeferida de plano, sem necessidade de motivação adicional.

## 8.6. Cessão de Crédito

8.6.1. É vedada a cessão de crédito decorrente deste contrato sem prévia e expressa anuência da Administração Municipal, nos termos do artigo 145 da Lei nº 14.133/2021. Eventual cessão de crédito autorizada não implicará a transferência das obrigações contratuais do fornecedor para o cessionário, permanecendo o contratado responsável pelo cumprimento integral do objeto.

## 8.7. Reajuste

8.7.1. Tendo em vista que o objeto desta contratação consiste em aquisição de bem com entrega única, **não haverá reajuste de preços**, uma vez que o pagamento ocorrerá após o recebimento definitivo do objeto, sem que haja intervalo temporal entre a contratação e o pagamento que justifique a aplicação de índice de reajustamento.

8.7.2. Caso, por circunstâncias excepcionais devidamente justificadas, o prazo entre a assinatura do contrato e o pagamento supere 12 (doze) meses, poderá ser aplicado reajuste com base no índice IPCA (IBGE), calculado sobre o período de vigência da Ata de Registro de Preços, nos termos do artigo 92 da Lei nº 14.133/2021.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

### 9.1. Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta

9.1.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, na forma eletrônica, nos termos dos artigos 28, inciso I, e 29 da Lei nº 14.133/2021, com adoção do critério de julgamento de **menor preço**, conforme artigo 33, inciso I, da mesma Lei.

9.1.2. O critério de menor preço aplica-se ao item único objeto desta contratação, sendo vencedora a proposta que apresentar o menor valor global para o fornecimento do veículo transformado em viatura

policial, com todos os equipamentos e adaptações especificados neste Termo de Referência, desde que atendidas todas as exigências de habilitação e as especificações técnicas mínimas estabelecidas.

9.1.3. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos dos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e do artigo 4º, §3º, da Lei nº 14.133/2021, desde que a proposta da microempresa ou empresa de pequeno porte seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada.

## **9.2. Forma de Fornecimento**

9.2.1. O fornecimento será realizado de forma **integral e única**, mediante emissão de Ordem de Fornecimento pelo gestor do contrato, após a formalização da Ata de Registro de Preços e a disponibilidade orçamentária para a aquisição. Não será admitido o fornecimento parcial do objeto, devendo o veículo ser entregue completo, com todos os equipamentos instalados e em pleno funcionamento.

9.2.2. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração Municipal.

## **9.3. Critérios de Aceitabilidade de Preços**

9.3.1. Será desclassificada a proposta que apresentar preço global superior ao valor estimado pela Administração Municipal, conforme pesquisa de preços realizada para a elaboração deste Termo de Referência, ou que apresentar preços manifestamente inexequíveis, nos termos do artigo 59 da Lei nº 14.133/2021.

9.3.2. Considera-se manifestamente inexequível a proposta cujo valor global seja inferior a 70% (setenta por cento) do valor estimado pela Administração Municipal, podendo o pregoeiro solicitar ao licitante a demonstração da exequibilidade da proposta, mediante apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória.

## **9.4. Exigências de Habilitação**

### **9.4.1. Habilitação Jurídica**



9.4.1.1. Para fins de habilitação jurídica, o licitante deverá apresentar: **(a)** registro comercial, no caso de empresa individual; **(b)** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias; **(c)** documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b"; **(d)** ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedades simples, acompanhado de prova da diretoria em exercício; e **(e)** decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

#### **9.4.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

9.4.2.1. Para fins de habilitação fiscal, social e trabalhista, o licitante deverá apresentar: **(a)** prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); **(b)** prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; **(c)** prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União); **(d)** prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante; **(e)** prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante; **(f)** prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND/INSS); **(g)** prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF/FGTS); e **(h)** prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT).

#### **9.4.3. Qualificação Econômico-Financeira**

9.4.3.1. Para fins de qualificação econômico-financeira, o licitante deverá apresentar: **(a)** balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios; **(b)** certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data de abertura da licitação; e **(c)** comprovação de capital social ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, nos termos do artigo 69, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

#### **9.4.4. Qualificação Técnica**

9.4.4.1. Para fins de qualificação técnica, o licitante deverá apresentar: **(a)** atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o licitante forneceu, satisfatoriamente, veículo(s) automotor(es) do tipo caminhonete/picape transformado(s) em viatura(s) policial(is) ou de uso operacional de órgão de segurança pública, em quantidade mínima equivalente a 01 (um) veículo; **(b)** autorização de funcionamento expedida pelo DENATRAN/SENATRAN ou órgão competente, comprovando que o licitante está habilitado para comercializar veículos automotores no território nacional, quando aplicável; e **(c)** declaração do fabricante ou da montadora, ou de seu representante autorizado, de que o licitante está apto a fornecer o veículo ofertado com a garantia de fábrica nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

#### **9.4.5. Disposições Gerais sobre Habilitação**

9.4.5.1. Os documentos de habilitação deverão estar válidos na data de abertura da sessão pública do Pregão Eletrônico, sendo admitida a regularização de documentos com prazo de validade vencido apenas nas hipóteses expressamente previstas na Lei nº 14.133/2021 e no edital da licitação.

9.4.5.2. Os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

9.4.5.3. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos, salvo nos casos expressamente previstos em lei.

9.4.5.4. O licitante que estiver cadastrado no SICAF poderá ter seus documentos de habilitação verificados diretamente no sistema, nos termos da legislação vigente, sendo dispensada a apresentação dos documentos já constantes do cadastro e com validade vigente.

### **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O valor estimado para a presente contratação foi apurado mediante pesquisa de preços realizada em conformidade com o artigo 23 da Lei nº 14.133/2021 e com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, por meio de consulta a: **(a)** fornecedores do segmento de veículos automotores e equipamentos de transformação em viaturas policiais; **(b)** atas de registro de preços de outros entes públicos para objeto similar; **(c)** painel de preços do Governo Federal

([paineldepocos.economia.gov.br](http://paineldepocos.economia.gov.br)); e (d) tabelas de preços de referência de fabricantes e distribuidores autorizados.

10.2. Com base na pesquisa de preços realizada, o valor estimado para a aquisição do objeto desta contratação é de **R\$ 382.474,17 (trezentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e dezessete centavos)**, conforme memória de cálculo e documentação de pesquisa de preços constantes nos autos do processo administrativo.

10.3. O valor estimado acima inclui o custo do veículo base, os custos de transformação em viatura policial (instalação de todos os equipamentos especificados), os custos de documentação, licenciamento, adesivação e demais itens necessários à entrega do objeto nas condições estabelecidas neste Termo de Referência, não sendo admitida a cobrança de qualquer valor adicional não previsto na proposta comercial.

10.4. O valor estimado será utilizado como referência para fins de julgamento das propostas e verificação de inexequibilidade, sendo mantido sob sigilo até a abertura das propostas, nos termos do artigo 24 da Lei nº 14.133/2021, quando aplicável à modalidade de pregão eletrônico adotada.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A existência de crédito orçamentário suficiente para cobertura das despesas decorrentes desta contratação será comprovada mediante declaração do ordenador de despesas e nota de empenho emitida pelo setor de contabilidade do Município de Santa Inês – MA, previamente à assinatura do instrumento contratual ou à emissão da Ordem de Fornecimento, nos termos do artigo 11, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Tendo em vista que a contratação será formalizada por meio de Ata de Registro de Preços, a indicação da dotação orçamentária específica para empenho da despesa ocorrerá no momento da emissão da Ordem de Fornecimento, conforme disponibilidade orçamentária do exercício financeiro correspondente, nos termos do artigo 86, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com os requisitos estabelecidos no artigo 6º, inciso XXIII, e no artigo 40 da Lei nº 14.133/2021, constituindo documento técnico indispensável para a instrução do processo licitatório e para a formalização da contratação pretendida.

12.2. Os casos omissos neste Termo de Referência serão resolvidos pela autoridade competente da Administração Municipal, com base na legislação vigente, nos princípios gerais do direito administrativo e nas normas internas do Município de Santa Inês – MA, ouvido o setor jurídico quando necessário.

12.3. A participação na licitação implica a aceitação integral e irretratável de todos os termos, cláusulas e condições estabelecidos neste Termo de Referência e no edital do Pregão Eletrônico, bem como a observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas aplicáveis ao objeto.

12.4. O fornecedor contratado deverá manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão contratual e aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Termo de Referência.

12.5. Integram este Termo de Referência, como se nele estivessem transcritos, todos os documentos técnicos, pesquisas de preços, estudos técnicos preliminares e documentos de formalização de demanda que instruem o processo administrativo nº 23694/2026.

12.6. Quaisquer dúvidas ou esclarecimentos relativos ao presente Termo de Referência deverão ser encaminhados ao setor de licitações do Município de Santa Inês – MA, no prazo estabelecido no edital do Pregão Eletrônico, sendo vedada a formulação de pedidos de esclarecimento após o prazo fixado.

Santa Inês – MA, 08 de junho de 2026.

---

Ariadna de Fátima Pereira Barbosa  
**Secretária de Segurança Pública**

## APENDICE DO ANEXO I

# ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

|   |   |
|---|---|
| <b>Processo Administrativo Nº:</b> 23694/2026   | <b>Data de Elaboração:</b> 01/06/2026           |
| <b>Objeto:</b> Registro de Preço para futura e eventual aquisição de 01 veículo automotor do tipo caminhonete/picape transformado em viaturas do tipo Policial, para utilização nas atividades desenvolvidas pela Guarda Municipal do Município de Santa Inês-MA. | <b>Unidade Destinatária:</b> GABINETE MUNICIPAL |
| <b>Modalidade Sugerida:</b> PREGÃO ELETRÔNICO   | <b>Tipo de Objeto:</b> Material                 |
| <b>Setor Requisitante:</b> GABINETE MUNICIPAL   | <b>Prioridade:</b> Alta                         |

## NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

### Descrição da Necessidade

A Guarda Municipal de Santa Inês-MA, instituída nos termos do artigo 144, §8º, da Constituição Federal e regulamentada pela Lei Federal nº 13.022/2014, tem por atribuição precípua a proteção do patrimônio público municipal, a guarda dos bens, serviços e instalações do Município, bem como a preservação da ordem nos espaços de uso coletivo. O cumprimento dessas competências exige capacidade operacional compatível com a extensão territorial e a diversidade geográfica do Município de Santa Inês-MA, o que torna o transporte motorizado adequado um recurso indispensável ao funcionamento regular da corporação. A ausência de viatura devidamente caracterizada e equipada para uso policial compromete diretamente a mobilidade dos agentes, o tempo de resposta às ocorrências e a efetividade do patrulhamento preventivo nas diferentes regiões do território municipal, incluindo áreas periféricas e de acesso viário precário.

A necessidade específica que fundamenta a presente contratação consiste na aquisição de **01 (um) veículo automotor do tipo caminhonete/picape, transformado em viatura policial**, destinado exclusivamente ao uso operacional da Guarda Municipal, vinculada ao Gabinete Municipal. A opção por veículo do tipo caminhonete/picape decorre de suas características técnicas intrínsecas — robustez estrutural, tração adequada para diferentes tipos de via, maior capacidade de carga e

compatibilidade com a instalação de equipamentos de sinalização luminosa e sonora, comunicação e identificação institucional —, que o tornam tecnicamente superior a outras categorias de veículos para as finalidades de segurança pública municipal. A transformação em viatura policial, com a devida caracterização visual e instalação dos equipamentos operacionais obrigatórios, é condição essencial para que o veículo cumpra sua função institucional com segurança para os agentes e efetividade perante a população.

A adoção do Sistema de Registro de Preços como instrumento desta contratação, nos termos do artigo 82 da Lei nº 14.133/2021, justifica-se pela conveniência administrativa de se formalizar o compromisso de fornecimento sem a obrigatoriedade de aquisição imediata, permitindo que a efetivação da compra ocorra em conformidade com a disponibilidade orçamentária e financeira do Município. Essa sistemática assegura planejamento adequado do gasto público, evita a descontinuidade das atividades institucionais da corporação e garante que a Administração disponha de instrumento ágil para concretizar a aquisição no momento oportuno. A não realização da contratação perpetuaria o déficit operacional atualmente verificado na Guarda Municipal, expondo os servidores da corporação a condições inadequadas de trabalho e reduzindo a capacidade do Município de prestar serviços eficientes de proteção e segurança à coletividade de Santa Inês-MA.

## REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Descrição dos Requisitos

A contratação exige que o veículo ofertado seja do tipo caminhonete/picape, com carroceria cabine dupla, fabricação nacional, zero quilômetro, ano/modelo não inferior a 2025/2025, dotado de motor a combustão com potência mínima de 150 cv, transmissão automática ou manual de no mínimo 5 marchas, tração 4x4 com bloqueio de diferencial, capacidade de carga útil mínima de 800 kg e capacidade para acomodação de no mínimo 5 (cinco) ocupantes. O veículo deverá possuir ar-condicionado, direção hidráulica ou elétrica, vidros elétricos, travas elétricas, airbag duplo frontal e sistema de freios ABS (Anti-lock Braking System) com distribuição eletrônica de frenagem (EBD), atendendo aos requisitos mínimos de segurança passiva e ativa previstos nas resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e nas normas do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) aplicáveis à categoria. O veículo deverá estar em conformidade com as exigências do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE), fase L7 ou superior, e possuir certificação de homologação emitida pelo DENATRAN/SENATRAN, comprovada mediante apresentação do Certificado de Conformidade de Veículo (CCV) ou documento equivalente expedido pelo fabricante.



A transformação em viatura policial deverá ser executada por empresa especializada, devidamente habilitada junto ao DENATRAN/SENATRAN para realização de modificações em veículos automotores, observando as disposições da Resolução CONTRAN nº 292/2008 e demais normas regulamentadoras aplicáveis à caracterização de viaturas de segurança pública. O kit de transformação deverá incluir, no mínimo: barra de luz de LED tipo sinalizador de emergência com acionamento independente por zona (frontal, lateral e traseira), com comprimento mínimo de 1,20 m; sirene eletrônica com amplificador de no mínimo 100W e alto-falante externo; película de insulfilm de segurança nos vidros laterais traseiros e traseiro, com fator de transmissão luminosa conforme norma ABNT NBR 7372; adesivação externa com identificação institucional da Guarda Municipal de Santa Inês-MA, incluindo brasão do Município, logomarca da corporação, inscrição "GUARDA MUNICIPAL" e numeração de identificação da viatura, conforme padrão a ser fornecido pela Administração; e grade de proteção interna separando o compartimento de passageiros traseiros do habitáculo frontal, fabricada em aço carbono com acabamento em pintura eletrostática. Todos os equipamentos instalados deverão possuir certificação do INMETRO ou laudo técnico emitido por engenheiro habilitado junto ao CREA, atestando a conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Quanto à qualificação técnica da licitante, deverá ser apresentada, na fase de habilitação, a seguinte documentação: atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento anterior de veículo(s) do tipo caminhonete/picape transformado(s) em viatura(s) policial(is) ou de segurança pública, em quantidade e características compatíveis com o objeto licitado; autorização ou registro junto ao DENATRAN/SENATRAN para realização de modificações em veículos automotores, caso a própria licitante execute a transformação, ou declaração de subcontratação de empresa habilitada para tal finalidade, com indicação da razão social e número de registro da subcontratada; e certificado de registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) com atividade econômica compatível com o fornecimento de veículos automotores e/ou equipamentos de segurança pública. A licitante deverá, ainda, apresentar declaração do fabricante ou da concessionária autorizada atestando que o veículo ofertado é zero quilômetro, bem como garantia mínima de 12 (doze) meses para o veículo e de 06 (seis) meses para os equipamentos do kit de transformação, contados a partir do recebimento definitivo pela Administração Municipal, sem prejuízo de prazos mais extensos eventualmente oferecidos pelo fabricante ou instalador.

O recebimento do objeto dar-se-á em duas etapas: recebimento provisório, realizado pelo servidor designado como fiscal do contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a entrega, para verificação da conformidade física e documental; e recebimento definitivo, após vistoria técnica que

comprove o atendimento integral das especificações constantes do Termo de Referência, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento provisório. A vistoria técnica deverá abranger, no mínimo: conferência dos dados do veículo com o documento de nota fiscal e o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV); teste funcional de todos os equipamentos do kit de transformação; verificação da adesivação e identificação institucional; e conferência dos documentos de garantia e manuais do fabricante. Constatada qual

## ESTIMATIVA DE QUANTIDADES E VALORES

### Descrição das Estimativas

A quantidade estimada para a presente contratação corresponde a **01 (um) veículo automotor do tipo caminhonete/picape transformado em viatura policial**, destinado exclusivamente ao uso operacional da Guarda Municipal do Município de Santa Inês-MA. A definição dessa quantidade fundamenta-se no levantamento interno realizado pelo órgão demandante, que identificou a necessidade mínima de reforço da frota institucional para garantir a capacidade de patrulhamento, resposta a ocorrências e execução de diligências de segurança pública municipal. A adoção do Sistema de Registro de Preços permite que, havendo disponibilidade orçamentária e financeira superveniente, a Administração possa realizar aquisições adicionais dentro dos limites legalmente estabelecidos, sem necessidade de novo procedimento licitatório, conferindo maior eficiência à gestão da frota.

A estimativa de valor foi apurada mediante pesquisa de preços realizada em conformidade com o artigo 23 da Lei nº 14.133/2021 e com as disposições da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, consultando-se fontes como tabelas de fabricantes, concessionárias autorizadas, portais de compras governamentais e contratações similares realizadas por outros entes públicos. Os preços coletados foram analisados de forma a identificar o valor de referência compatível com as especificações técnicas exigidas — caminhonete/picape cabine dupla, zero quilômetro, ano/modelo 2025/2025, com as adaptações de viatura policial descritas nos Requisitos da Contratação. O valor estimado total da contratação, consolidado a partir das fontes pesquisadas, está detalhado na tabela a seguir:

| Item | Nome   | Quantidade | Unidade | Valor UNT         | Valor TOTAL       |
|------|--|------------|---------|-------------------|-------------------|
| 1    | Veículo automotor tipo caminhonete/picape, zero quilômetro, ano/modelo igual ou superior ao da contratação, cabine dupla, 04 portas, capacidade mínima para 05 passageiros, motor a diesel com potência mínima de 190 cv, tração 4x4, transmissão automática mínima de 06 velocidades, direção elétrica ou hidráulica, ar-condicionado original de fábrica, airbags frontais, freios ABS, controle de estabilidade e tração, vidros e travas | 01         | UND     | R\$<br>382.474,17 | R\$<br>382.474,17 |

|  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|
| elétricas, sistema multimídia, tanque de combustível com capacidade mínima de 70 litros, cor branca. Veículo transformado em viatura policial para utilização pela Guarda Municipal, contendo adaptação para transporte de infratores/detidos no compartimento traseiro (capota), com cela metálica ou compartimento humanizado apropriado, ventilação adequada, revestimento lavável, iluminação interna, sistema de segurança e proteção conforme normas aplicáveis. Deverá possuir grafismo/padronização visual oficial da Guarda Municipal, sinalizador acústico e visual tipo barra em LED instalado no teto, sirene eletrônica, iluminação auxiliar em LED, protetor de caçamba, capota fechada adaptada para transporte de detidos e todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN. Garantia mínima de 12 meses. |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|

O valor de referência apurado reflete o preço médio praticado no mercado para veículos com as especificações técnicas exigidas, incluindo as transformações necessárias à caracterização como viatura policial — instalação de equipamentos de sinalização luminosa e sonora, adesivação institucional, rádio comunicador e demais adaptações previstas no Termo de Referência. Ressalta-se que os preços de caminhonetes/picapes com tração 4x4, transmissão automática e potência mínima de 150 cv, acrescidos dos custos de transformação em viatura, apresentam variação conforme o fabricante e o nível de equipamentos embarcados, razão pela qual a pesquisa abrangeu múltiplas fontes para assegurar a representatividade do valor estimado. A dotação orçamentária necessária à cobertura da despesa está prevista no orçamento do Gabinete Municipal, sob a classificação funcional-programática, elemento de despesa, garantindo a viabilidade financeira da contratação dentro do exercício vigente ou do exercício subsequente, conforme o cronograma de execução do processo licitatório.

## DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

### Detalhamento da Solução

A solução adotada consiste na aquisição, mediante Sistema de Registro de Preços, de 01 (um) veículo automotor do tipo caminhonete/picape com cabine dupla, zero quilômetro, fabricação nacional, ano/modelo não inferior a 2025/2025, devidamente transformado em viatura policial com instalação de equipamentos de sinalização visual e sonora, identificação institucional e demais adaptações operacionais compatíveis com o uso em atividades de segurança pública municipal. A escolha por esse modelo de veículo decorre da análise técnica das necessidades operacionais da Guarda Municipal de Santa Inês-MA, que demanda um meio de transporte com robustez estrutural, capacidade de trafegar em diferentes tipos de via — incluindo vias não pavimentadas presentes em áreas periféricas e rurais do Município — e versatilidade suficiente para suportar os equipamentos e o efetivo necessários ao patrulhamento e à resposta a ocorrências.

Do ponto de vista técnico, a especificação de motor com potência mínima de 150 cv, tração 4x4 com bloqueio de diferencial, transmissão com no mínimo 5 marchas, capacidade de carga útil mínima de 800 kg e acomodação para no mínimo 5 (cinco) ocupantes atende diretamente às exigências operacionais de uma viatura de uso intensivo em campo. A transformação do veículo em configuração policial — com instalação de giroflex, sirene eletrônica, adesivação institucional e demais equipamentos de identificação — confere à viatura as características funcionais indispensáveis ao exercício das competências legais da corporação, assegurando visibilidade institucional, capacidade de dissuasão e efetividade nas ações preventivas e reativas desenvolvidas pelos agentes da Guarda Municipal. A exigência de veículo zero quilômetro, por sua vez, garante maior vida útil, menor custo de manutenção no período inicial de uso e conformidade com os padrões de segurança veicular vigentes.

Sob o aspecto econômico e administrativo, a adoção do Sistema de Registro de Preços como instrumento da contratação, nos termos do artigo 82 da Lei nº 14.133/2021, proporciona à Administração Municipal flexibilidade na gestão orçamentária e financeira, permitindo que a aquisição seja efetivada de acordo com a disponibilidade de recursos, sem a obrigatoriedade de aquisição imediata. Essa modelagem contratual é especialmente adequada ao contexto municipal, no qual a execução orçamentária pode estar sujeita a variações ao longo do exercício. A realização do certame na modalidade Pregão Eletrônico assegura ampla competitividade entre os fornecedores do mercado, favorecendo a obtenção do menor preço com qualidade técnica compatível com as especificações estabelecidas, em consonância com os princípios da eficiência e da economicidade que regem as contratações públicas. A conjugação dessas escolhas — modalidade, instrumento contratual e especificação técnica — configura a solução mais adequada, proporcional e vantajosa para o atendimento da necessidade identificada pelo órgão demandante.

Foram descartadas alternativas como a locação de veículos ou a cessão de uso por outros órgãos públicos, por não atenderem à necessidade de disponibilidade permanente e exclusiva de viatura caracterizada para uso da Guarda Municipal, além de não permitirem as adaptações técnicas específicas exigidas para o serviço de segurança pública municipal. A aquisição direta de veículo sem transformação também foi afastada, uma vez que veículos não caracterizados comprometem a identificação institucional da corporação, reduzem a efetividade das ações de patrulhamento e não atendem aos requisitos operacionais mínimos estabelecidos para o desempenho das atividades de guarda municipal. Assim, a solução ora descrita representa a alternativa tecnicamente superior,

economicamente viável e operacionalmente adequada para suprir a demanda identificada pelo Gabinete Municipal em favor da Guarda Municipal do Município de Santa Inês-MA.

## JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO PARCELAMENTO

### Justificativa

O objeto da presente contratação — aquisição de 01 (um) veículo automotor do tipo caminhonete/picape transformado em viatura policial — possui natureza técnica indivisível, na medida em que o bem a ser fornecido constitui uma unidade funcional completa, cuja utilidade operacional somente se realiza de forma integral. Nos termos do art. 40, §3º, da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto é obrigatório quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso; contudo, na hipótese em exame, a fragmentação da contratação não encontra amparo técnico nem econômico, uma vez que o veículo e suas adaptações — sinalização visual e sonora, identificação institucional e demais equipamentos operacionais — compõem um conjunto indissociável, cuja entrega parcial não geraria qualquer utilidade autônoma à Administração.

Do ponto de vista econômico, o parcelamento da contratação implicaria a realização de procedimentos licitatórios distintos para o fornecimento do chassi/veículo base e para a execução das adaptações e transformações em viatura policial, o que resultaria em aumento dos custos administrativos de processamento, maior dispêndio de tempo e recursos humanos na condução de múltiplos certames e, potencialmente, incompatibilidade técnica entre os fornecedores de cada lote. A contratação unificada, ao contrário, permite que o fornecedor assuma responsabilidade integral sobre o produto entregue — incluindo a conformidade entre o veículo base e as adaptações realizadas —, eliminando riscos de sobreposição de responsabilidades e litígios contratuais decorrentes de falhas de interface entre diferentes contratados.

A inviabilidade técnica da execução fragmentada é reforçada pelo fato de que as transformações em viatura policial devem ser realizadas de forma integrada ao veículo de origem, respeitando as especificações do fabricante, as normas do CONTRAN/SENATRAN e os padrões técnicos aplicáveis à categoria. A separação entre o fornecimento do veículo e a execução das adaptações poderia comprometer a garantia do fabricante, gerar incompatibilidades estruturais e inviabilizar a homologação do conjunto junto aos órgãos competentes. Diante desses fundamentos técnicos e econômicos, e em consonância com o disposto no art. 40, §3º, da Lei nº 14.133/2021, justifica-se plenamente a opção pelo não parcelamento do objeto, sendo a contratação unificada a alternativa que melhor atende ao interesse público e aos princípios da eficiência e da economicidade que regem as contratações públicas.



## RESULTADOS PRETENDIDOS

### Descrição dos Resultados Esperados

A incorporação de viatura policial do tipo caminhonete/picape à frota operacional da Guarda Municipal de Santa Inês-MA resultará, de forma direta e imediata, no incremento da capacidade de patrulhamento preventivo nos espaços públicos do Município, incluindo áreas periféricas e vias de acesso com pavimentação irregular, onde a tração 4x4 e a robustez estrutural do veículo são determinantes para a efetividade das rondas. A disponibilidade do bem permitirá a execução contínua de diligências institucionais, o atendimento tempestivo a ocorrências e o deslocamento ágil dos agentes em situações que demandem resposta imediata, reduzindo o tempo de chegada ao local dos fatos e ampliando a sensação de segurança da população atendida.

A transformação do veículo em viatura policial — com instalação de equipamentos de sinalização visual e sonora, identificação institucional e demais adaptações operacionais — produzirá efeito dissuasório relevante sobre a prática de atos ilícitos nos logradouros públicos, potencializando a função preventiva da Guarda Municipal. A presença ostensiva de viatura caracterizada e devidamente equipada fortalece a imagem institucional da corporação perante a comunidade, contribui para a afirmação da autoridade municipal no espaço urbano e eleva o padrão de segurança dos próprios agentes em serviço, que passarão a contar com veículo adequado às condições operacionais exigidas pela atividade de guarda municipal.

Do ponto de vista da gestão administrativa, a formalização da contratação mediante Sistema de Registro de Preços assegura à Prefeitura Municipal de Santa Inês-MA a possibilidade de concretizar a aquisição de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do exercício, sem comprometer o planejamento fiscal do Município. A adoção desse instrumento garante, ainda, a fixação prévia de preço unitário compatível com os valores praticados no mercado, conferindo previsibilidade ao gasto público e eliminando a necessidade de novo procedimento licitatório caso se identifique, no curso da vigência da ata, a conveniência de ampliar a frota. O resultado esperado, portanto, transcende a simples aquisição patrimonial, traduzindo-se em ganho efetivo de capacidade institucional, racionalidade no uso dos recursos públicos e melhoria mensurável na qualidade dos serviços de proteção e segurança ofertados à coletividade municipal.

## PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

### Descrição das Providências

A efetivação da contratação requer, previamente à emissão da ordem de fornecimento, a designação formal de servidor ou comissão responsável pelo recebimento e fiscalização do contrato,



nos termos dos artigos 117 e 140 da Lei nº 14.133/2021. O ato de designação deverá ser formalizado por portaria ou despacho da autoridade competente do GABINETE MUNICIPAL, identificando nominalmente o fiscal titular e, preferencialmente, um substituto, ambos com conhecimento técnico suficiente para aferir o cumprimento das especificações do veículo e dos equipamentos de transformação em viatura policial. O fiscal designado deverá estar ciente das especificações técnicas constantes do Termo de Referência, em especial quanto às exigências de motorização, tração, sinalização visual e sonora, identificação institucional e demais adaptações operacionais, de modo a exercer o controle qualitativo e quantitativo do bem no ato do recebimento provisório e definitivo.

A Guarda Municipal deverá providenciar local adequado para guarda e manutenção preventiva da viatura, com cobertura física que proteja o veículo de intempéries, acesso controlado e condições mínimas de segurança patrimonial. Caso o local de guarda da viatura ainda não disponha de vaga coberta suficiente ou de estrutura compatível com a guarda de veículo de uso operacional contínuo, as providências de adequação de espaço físico deverão ser adotadas antes da entrega do bem, evitando que a viatura fique exposta ou sem condições adequadas de conservação. Paralelamente, deverá ser verificada a disponibilidade de contrato de manutenção preventiva e corretiva ou de credenciamento junto a oficinas autorizadas pela montadora, garantindo a continuidade operacional do veículo após o recebimento definitivo.

Os agentes da Guarda Municipal que operarão a viatura deverão possuir habilitação na categoria compatível com o veículo — no mínimo Categoria B, preferencialmente Categoria C ou superior, a depender da configuração final do bem —, devendo a corporação verificar, antes do início da utilização operacional, se o efetivo escalado para condução está com a Carteira Nacional de Habilitação válida e dentro do prazo de validade dos exames médicos e psicológicos exigidos pela legislação de trânsito. Recomenda-se, ainda, a realização de treinamento operacional específico voltado ao manuseio dos equipamentos de sinalização, comunicação embarcada e demais dispositivos instalados na transformação da viatura, a ser ministrado pelo fornecedor ou por instrutor habilitado, como condição prévia à entrada em serviço do veículo. O registro patrimonial do bem deverá ser providenciado pelo setor competente da Prefeitura Municipal de Santa Inês-MA imediatamente após o recebimento definitivo, com a inclusão da viatura no inventário de bens móveis do Município, acompanhada do emplacamento em nome do MUNICÍPIO DE SANTA INÊS-MA e da contratação de seguro obrigatório e, se possível, de seguro facultativo contra danos, furto e roubo, assegurando a proteção do patrimônio público incorporado.

## IMPACTOS AMBIENTAIS

### **Descrição dos Impactos Ambientais**

A aquisição de veículo automotor do tipo caminhonete/picape gera impactos ambientais inerentes ao ciclo de vida do bem, que abrangem desde a fase de fabricação até a operação e o descarte final. Durante a utilização, o veículo produzirá emissões de gases de efeito estufa e poluentes atmosféricos decorrentes da queima de combustível fóssil, notadamente monóxido de carbono (CO), óxidos de nitrogênio (NOx) e material particulado, cujos níveis deverão estar em conformidade com os limites estabelecidos pelo Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE), gerenciado pelo IBAMA. A exigência de que o veículo seja fabricado nacionalmente e atenda às normas do PROCONVE constitui, portanto, requisito técnico com reflexo direto na mitigação dos impactos atmosféricos associados à operação da viatura.

Os componentes e fluidos utilizados na manutenção do veículo — incluindo óleo lubrificante, fluido de freio, líquido de arrefecimento, baterias e pneus — enquadram-se como resíduos perigosos ou de logística reversa obrigatória, nos termos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e das resoluções CONAMA aplicáveis. O óleo lubrificante usado e contaminado está sujeito à coleta e rerrefino obrigatórios (Resolução CONAMA nº 362/2005), enquanto as baterias chumbo-ácido devem ser devolvidas aos fabricantes ou distribuidores para destinação ambientalmente adequada (Resolução CONAMA nº 401/2008). Os pneus inservíveis, por sua vez, estão sujeitos ao sistema de logística reversa estruturado pelos fabricantes, conforme Resolução CONAMA nº 416/2009. O contrato a ser firmado deverá prever cláusula expressa responsabilizando o contratado pela destinação ambientalmente correta dos resíduos gerados durante o processo de transformação e adaptação do veículo em viatura policial, incluindo sobras de materiais elétricos, películas, adesivos e componentes de sinalização instalados.

Em atendimento ao disposto no art. 11, inciso IV, e no art. 18, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021, que determinam a observância de critérios de sustentabilidade ambiental nas contratações públicas, o instrumento convocatório deverá exigir que o veículo ofertado possua certificação de conformidade emitida pelo INMETRO quanto ao consumo de combustível e às emissões de poluentes, com preferência para modelos que apresentem melhor classificação no Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV). Adicionalmente, o edital deverá contemplar a exigência de que o fornecedor comprove regularidade perante os órgãos ambientais competentes e que o processo de transformação em viatura seja realizado por empresa habilitada, utilizando materiais que atendam às normas técnicas da ABNT aplicáveis, de modo a evitar o emprego de substâncias proibidas ou de alto potencial poluidor. A Administração Municipal deverá, ainda,

orientar os agentes da Guarda Municipal quanto às boas práticas de uso e manutenção do veículo, como a realização de revisões periódicas para controle de emissões, o abastecimento preferencial com combustíveis de menor impacto ambiental disponíveis na região e o descarte correto de todos os resíduos gerados ao longo da vida útil da viatura, contribuindo para a redução do passivo ambiental associado à frota institucional do Município de Santa Inês-MA.

## POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

### Conclusão e Viabilidade da Contratação

Os elementos técnicos e administrativos reunidos ao longo deste Estudo Técnico Preliminar demonstram, de forma consistente e fundamentada, a viabilidade e a necessidade da contratação ora proposta. A demanda da Guarda Municipal de Santa Inês-MA por viatura policial do tipo caminhonete/picape encontra respaldo constitucional e legal, está alinhada às competências institucionais da corporação e decorre de déficit operacional concreto, identificado internamente pelo órgão demandante. A ausência do bem impacta diretamente a capacidade de resposta a ocorrências, o patrulhamento preventivo e a segurança dos agentes em campo, configurando situação que justifica a adoção de medida administrativa imediata.

A solução técnica definida — aquisição de 01 (um) veículo caminhonete/picape cabine dupla, zero quilômetro, ano/modelo não inferior a 2025/2025, com tração 4x4, motor de no mínimo 150 cv e transformação em viatura policial com equipamentos de sinalização, comunicação e identificação institucional — revela-se adequada, proporcional e compatível com as condições geográficas e operacionais do Município. A adoção do Sistema de Registro de Preços como instrumento da contratação confere racionalidade à gestão orçamentária, sem impor obrigação de aquisição imediata, o que se mostra coerente com o princípio do planejamento previsto na Lei nº 14.133/2021. O valor estimado para a contratação foi apurado com base em pesquisa de mercado realizada em conformidade com os parâmetros normativos aplicáveis, conferindo ao processo a necessária segurança quanto à compatibilidade do preço de referência com os praticados pelo mercado fornecedor.

Diante da regularidade técnica, da pertinência da solução escolhida, da viabilidade econômica apurada e da conformidade do processo com os requisitos estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, manifesta-se **favoravelmente ao prosseguimento do processo licitatório**, na modalidade Pregão Eletrônico, para Registro de Preços visando à futura e eventual aquisição de 01 (um) veículo automotor do tipo caminhonete/picape transformado em viatura policial, destinado às atividades operacionais da Guarda Municipal do Município de Santa Inês-MA. Recomenda-se, ainda, que a

autoridade competente do GABINETE MUNICIPAL ratifique o presente estudo e autorize a deflagração do procedimento licitatório, observadas as providências preparatórias já identificadas, em especial a designação dos fiscais do contrato e a reserva orçamentária correspondente.

## FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

### Base Legal

O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado em conformidade com o art. 18 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), com o Decreto Federal nº 10.947/2022 e demais normas regulamentares aplicáveis, visando subsidiar o processo de contratação com as informações técnicas necessárias à tomada de decisão pela autoridade competente. Encaminho o presente Estudo Técnico ao solicitante para conhecimento e dar continuidade ao procedimento.

**Santa Inês - MA, 01 de junho de 2026**

---

Ariadna de Fátima Pereira Barbosa  
Secretária de Segurança Pública  
*Elaborador do ETP*

*Documento elaborado nos termos do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021 &#x2014; Processo Administrativo nº 23694/2026*

## ANEXO II

### MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº .....**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº .....**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº .....**

Prefeitura Municipal de ....., inscrita no CNP ..... com sede na .....- ...../....., neste ato Representada por, ....., brasileiro(a) solteiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoa Física – CPF, sob nº ....., ..... nomeada pela portaria nº ..... datada de .... de ..... de 202\_, neste ato denominado simplesmente ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ..... processo administrativo n.º ....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o ....., conforme especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº ....., que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

#### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

**FORNECEDOR: ....., CNPJ: ....., Endereço: ....., CEP: ....., neste ato representada pelo Sr(a)..... CPF: ....., Telefone: (....) ..... e-mail: .....**

| ITE<br>M     | NOME | UNIDADE | QUANT<br>. | VALOR<br>UNITARIO | VALOR<br>TOTAL |
|--------------|------|---------|------------|-------------------|----------------|
|              |      |         |            |                   |                |
|              |      |         |            |                   |                |
|              |      |         |            |                   |                |
|              |      |         |            |                   |                |
| Valor Total: |      |         |            |                   | R\$ .....      |

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### **3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE (S)**

- 3.1. O órgão gerenciador será a ..... da Prefeitura Municipal de .....
- 3.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:
- 3.3. ....;

### **4. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

#### **Dos limites para as adesões**

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.



4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

### **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao

gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## 10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

....., ..... de .....de 202\_\_

\_\_\_\_\_  
**NOME**  
**CARGO**

\_\_\_\_\_  
.....  
**REPRESENTANTE LEGAL:** .....



**ANEXO III**  
**MINUTA DE CONTRATO**

**TERMO DE CONTRATO Nº .....**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº .....**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº .....**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ....., QUE  
FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO  
DO (A) ..... E  
.....

Pelo presente contrato que celebram entre si, de um lado O Município de .....-UF, por intermédio da Secretaria Municipal de ....., situada na ....., ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado pelo Sr. ...., portador da cédula de identidade nº ..... /UF e do CPF nº ....., doravante denominada CONTRATANTE e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .... mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))**

14.13. O objeto do presente instrumento é o ....., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

14.14. Descrição do objeto da contratação:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE<br>DE<br>MEDIDA | QUANTIDA<br>DE | VALOR<br>UNITÁRI<br>O | VALO<br>R<br>TOTA<br>L |
|------|---------------|-------------------------|----------------|-----------------------|------------------------|
| 1    |               |                         |                |                       |                        |

14.15. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 14.15.1. O Termo de Referência;
- 14.15.2. O Edital da Licitação;
- 14.15.3. A Proposta do contratado;

14.15.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

14.1. O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a) ....., na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **OU**

14.2. O prazo de vigência da contratação é de 02 (dois) anos contados a partir da data de assinatura do contrato prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

14.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

1.1 O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

14.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

14.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

## **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

1.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

1.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_/\_\_/\_\_.

1.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

- 1.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 1.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 1.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 1.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 1.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 1.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

- 1.1. São obrigações do Contratante:
- 1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 1.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 1.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 1.10. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.

1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

1.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

1.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

1.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

1.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))**

1.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))**

1.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

1.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv. **Multa:**
  - 1.3. Moratória de 20% ( vinte por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
  - 1.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
    - 1.4.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
    - 1.4.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
    - 1.4.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
    - 1.4.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
  - 1.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
  - 1.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):
    - a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
    - b) as peculiaridades do caso concreto;
    - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
    - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
    - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
  - 1.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos



na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

1.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

1.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

1.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

1.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL** ([art. 92, XIX](#))

1.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

1.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

1.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

1.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

1.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

1.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

1.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

1.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

1.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

1.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

1.4.3. Indenizações e multas.

1.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

1.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))**

1.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

1.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))**

1.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

1.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

1.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

1.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada

necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

1.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

1.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO ([art. 92, §1º](#))**

1.1. Fica eleito o Foro da Comarca de .....-UF para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

1.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente contrato administrativo foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Santa Inês-MA ....., de .....de 202\_\_

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-